

CARTA POLÍTICA DA 4ª CONFERÊNCIA TERRITORIAL DO SERTÃO DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

Realizou-se nos dias 07 e 08 de julho de 2015, na cidade de Juazeiro-BA, com a participação dos dez municípios do Território, a 4ª Conferência Territorial do Sertão do São Francisco. Estavam presentes representantes da sociedade civil, do poder público e equipe de apoio do governo do Estado e CONSEA-BA, agricultores familiares, pescadoras, comunidades de Fundos de Pasto, povos de Terreiro, profissionais das áreas de educação, agricultura, assistência social, saúde, nutrição e cultura.

Os presentes na Conferência Territorial, após debaterem e construírem propostas nos três eixos orientadores à 5ª Conferência Estadual e Nacional, reafirmaram o conceito de “Comida de Verdade”, abordado no documento de referência da 5ª conferência nacional de SAN. A “Comida de Verdade” baseia-se em alimentos produzidos por sistemas de produção de base agroecológica, sem uso de agrotóxicos e transgênicos. Uma alimentação que não gere doenças crônicas, que seja saudável suficiente para o equilíbrio nutricional e que tenha valor cultural reconhecido.

Um olhar sobre o contexto territorial aponta uma grande contradição na produção de alimentos: as áreas com maior disponibilidade de água e umidade, às margens do rio São Francisco, são as áreas que menos produzem comida de verdade para a região. Nessas áreas estão presentes os perímetros irrigados da fruticultura de exportação. Em contraposição, são nas zonas semiáridas do território que brotam e se multiplicam as experiências de convivência com o semiárido, transformando o que era antes migração para os grandes centros urbanos em um novo modo de vida que tem mudado radicalmente o panorama da segurança alimentar de milhares de famílias que apostam na gestão descentralizada das águas, nos sistemas integrados de captação de água e produção alimentar principalmente para o autoconsumo.

Merece também destaque o papel estratégico da pesca artesanal no rio São Francisco e no Lago de Sobradinho. Essa mesma pesca que aporta alimentos de alto valor proteico está hoje ameaçada na sua sustentabilidade pela pesca predatória e pela crise hídrica que assola diversas regiões brasileiras. Não obstante a escassez do pescado, esse setor foi atingido recentemente pela medida provisória 665 e dos decretos 8.424 e 8.425 que visam extinguir direitos trabalhistas e previdenciários das comunidades tradicionais pesqueiras, especialmente das trabalhadoras da pesca artesanal, com forte impacto na desestruturação do papel fundamental da mulher pescadora na pesca de base familiar.

Um outro fator que afasta a cada momento o direito constitucional de cada cidadã e cidadão em desfrutar uma comida de verdade e desfrutar deste patrimônio imaterial nacional é o uso de agrotóxicos no território, principalmente, no plantio de cana de açúcar e fruticultura irrigada, utilizando inclusive pulverização aérea, provocando uma série de danos à saúde dos trabalhadores e do ambiente.

Como já foi dito, o potencial para o desenvolvimento justo e sustentável da região está posto na crescente inclusão produtiva da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais, com destaque para a pesca e as comunidades de Fundos de

Pasto. Essa forma de produção de alimentos aposta no convívio com a Caatinga, no manejo agroecológico da criação de caprinos e ovinos, no desenvolvimento da apicultura e valorização de culturas alimentares originárias ou adaptadas à região como umbu, maracujá da caatinga e a mandioca e seus derivados. O aproveitamento por processamento e beneficiamento dos produtos, com a valorização das estratégias geradoras de estoque de alimentos para o período de escassez, tanto para o consumo humano quanto para os animais é outra importante iniciativa na convivência com o semiárido na região.

Foi reconhecido pelos participantes desta 4ª conferência territorial que os programas de transferência de renda também são políticas públicas importantes para a diminuição da pobreza, houve uma melhoria da qualidade de vida de centenas de famílias, diminuição da mortalidade infantil e insegurança alimentar grave. A parceria entre sociedade civil e poder público garantiu a política de ATER nos últimos anos para significativo número de mais de 10 mil famílias no território em um universo de 30 mil famílias agricultoras.

Entretanto, mesmo diante de consideráveis avanços, um longo caminho é necessário percorrer para que possamos declarar este território como um lugar que promove a soberania alimentar de sua população e que faz valer plenamente o Direito Humano à Alimentação de qualidade para seu povo.

Diante de um contexto adverso de expansão do agronegócio na região, é hora de reafirmar a importância do papel estimulador e regulador do estado, aqui representado por ações e programas governamentais de âmbito federal, estadual e municipais.

Destacam-se ações e programas que fizeram avançar na diminuição da pobreza, inclusão produtiva e no consumo alimentar de centenas de famílias na região. Entretanto, estes mesmos programas precisam de adequação, aprimoramento e ampliação com um controle social eficaz.

1) Acesso a Água (Programa Água para Todos, P1+2, P1MC e Programa Cisterna nas Escolas):

- Ampliação de tecnologias sociais de captação de água de chuva do uso individual para uso comunitário, com reservas estratégicas que permitam abastecer as famílias do semiárido por um período prolongado de estiagem.
- Regulação do uso da água do subsolo e da bacia hidrográfica do São Francisco, não permitindo o uso desproporcional pelo agronegócio, muitas vezes subsidiado.

2) Acesso aos mercados:

A 4ª Conferência identificou uma grande lacuna nas políticas de abastecimento alimentar no território, a produção agroecológica presente em vários municípios não consegue chegar ao consumidor das cidades, nem mesmo no

principal polo da região que é Juazeiro. Não há incentivo às centrais de abastecimento ou feiras agroecológicas e ao agroextrativismo local. As Cestas do Povo não responderam a um abastecimento com fins públicos e de interesse dos segmentos mais pobres.

2.1) PAA: em decorrência de um conjunto de exigências (vide MOC da CONAB) e da incapacidade do governo federal e estadual, em operar esse programa em cogestão com as organizações de agricultores e entidades beneficiadas, hoje o programa se encontra com sua operacionalização fragilizada no território, burocratizado e com descontinuidade.

2.2) PNAE: este programa está fragilizado em sua execução por não conseguir operar nos municípios devido aos gestores municipais estarem pouco sensíveis e não comprometidos com execução do programa, há ineficiência do governo do estado na sua operacionalização e frágil acompanhamento/monitoramento do programa pelo FNDE, que atua por demandas e denúncias de irregularidades. Somam-se a esses aspectos as fragilidades de infraestrutura das escolas, a necessidade de capacitação de gestores e merendeiras para estimular uma alimentação escolar de qualidade, enraizada na produção familiar local e na cultura e hábitos alimentares da região. Este programa carece de controle social e da integração do CAE – Conselho de Alimentação Escolar ao SISAN.

3) Política de ATER e Crédito:

Avanços significativos ocorreram com ampliação do universo de famílias acompanhadas pelas organizações não governamentais na região. Avanços com ação pioneira do território na execução da política de ATER Agroecologia e do ATER Programa Brasil sem Miséria. Como desafios há carência de profissionais com formação e perfil adequado ao acompanhamento da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais para transição agroecológica. Necessidade da reformulação do crédito bancário via PRONAF, hoje inadequado à realidade do semiárido.

4) Sementes:

4.1) Avanços com o programa de sementes da ASA nos 10 municípios do território, com valorização e resgate de sementes crioulas, muitas delas perdidas com a longa estiagem. Contudo, na execução dos programas pelo governo do estado são voltados exclusivamente à distribuição de sementes, em muitos casos híbridas. Uma fragilidade é a produção e aquisição de sementes de hortaliças agroecológica para a otimização dos quintais produtivos da agricultura familiar. Ocorre a perda de material genético das raças de caprinos e ovinos adaptados às condições climáticas locais.

5) Acesso à Terra, Reordenamento e Regularização Fundiária:

Os Fundos de Pastos se vêm ameaçados pela crescente pressão populacional sobre seus bens naturais, como também pela diminuição de suas terras pela

ação dos grileiros e o avanço do agro e hidronegócio, resultado de uma ausência de uma política fundiária de regularização das terras devolutas e uma política agrícola do Governo do Estado que crie as condições necessárias para as famílias das comunidades tradicionais. Há lentidão na regularização das áreas de Fundos de Pasto e uma demora na entrega dos títulos de terras individuais concedidos pelo governo do estado. Todos os títulos individuais e parte dos títulos coletivos emitidos legalizam áreas muito inferiores ao tamanho mínimo necessário para o desenvolvimento sustentável do agroestrativismo em zonas Semiáridas, impedindo a sustentabilidade social, ambiental e econômica das famílias e comunidades. O território encontra-se em disputa com os grandes projetos (mineradoras, parques eólicos etc.) que ameaçam as comunidades tradicionais.

Se faz necessário fortalecer e reestruturar a CDA para acelerar e adequar o processo de reordenamento e a regularização das terras coletivas e individuais para que as famílias e as comunidades tenham a segurança de planejar e criar estruturas de longo prazo para a produção de alimentos de forma sustentável.

6) SISAN:

Foi unânime na 4ª Conferência que o SISAN ainda é pouco compreendido quanto a sua composição, papel e funcionamento. Do debate realizado a conferência apresenta as seguintes propostas para fortalecimento do SISAN no território e nos municípios:

- Criação dos COMSEAs municipais e fortalecimento dos já existentes. Essa iniciativa necessita de forte mobilização da sociedade civil organizada que atua no campo da segurança alimentar e comprometimento do poder público, com apoio do CONSEA Bahia.
- Dotação orçamentária para funcionamento dos conselhos municipais;
- Necessidade de sensibilização e promoção de processo de formação do poder público quanto ao SISAN. Não basta apenas adesão ao sistema.
- Criação de Câmaras Temáticas de SAN nos Colegiados Territoriais.

Por fim os/as participantes da 4ª Conferência Territorial do Sertão do São Francisco manifestam-se favoráveis a efetivação das políticas estaduais de convivência com o semiárido, esta com urgência de tramitação na Assembleia Legislativa, e a política estadual de Agroecologia, assumida recentemente como compromisso do governo do estado.

Pelo Direito Humano à Alimentação!

Pela Soberania Alimentar!

Por Comida de Verdade no Campo e na Cidade!

Juazeiro-BA 08 de Julho de 2015